



Lei nº 012/2025 de 11 de agosto de 2025.

**Dispõe sobre os Benefícios Eventuais no Âmbito da Política Pública de Assistência Social no Município de Patos do Piauí/PI, em Conformidade com a Lei Federal n.º 8.742/93, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – Loas), na forma especificada, e dá outras providências.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PATOS DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ, o Senhor Joaquim Lopes dos Reis Neto, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição Federal, Constituição do Estado do Piauí, Lei Orgânica deste Município em seu art. 51, inciso V e;**

**FAZ SABER** que o Prefeito Municipal de Patos do Piauí, apresentou-o e a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

**LEI:**

## **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - A concessão de benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social do Município de Patos do Piauí atenderá ao disposto na presente Lei.

**Art. 2º** - Os benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas em razão de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade e risco social temporárias e de estado de emergência ou de calamidade pública.

§ 1º - Os benefícios eventuais destinam-se aos indivíduos e famílias com impossibilidade de arcar com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a convivência da família e/ou a sobrevivência de seus membros.

§ 2º - Compreende-se estado de emergência ou calamidade pública a situação que decorre de incêndios, desabamentos, deslizamentos, enchentes, alagamentos e afins, devidamente reconhecido pelo poder público, na forma da lei, da situação anormal, causadora de sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou a vida de seus integrantes que tiveram perdas parciais ou totais de moradia, objetos ou utensílios pessoais, e se encontram temporária ou definitivamente desabrigados ou desalojados.

§ 3º - Não dão direito aos benefícios eventuais situações relacionadas a programas, projetos serviços:

**I** - de saúde, como medicamentos, próteses, órteses, cadeira de roda, fraldas geriátricas e infantis, transporte ou outro;

**II** - de educação, como material escolar, transporte escolar, passe escolar ou outro;

**III** - de habitação, como auxílio moradia emergencial, aluguel habitacional;

**IV** - de esporte, como material esportivo, uniforme e outros;

**V** - de outras políticas setoriais.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DO PIAUÍ**  
CNPJ: 41.522.285/0001-08



**Art. 3º** - Os benefícios serão concedidos às famílias ou indivíduos que preenchem os seguintes requisitos cumulativos, além dos requisitos específicos a cada benefício:

**I** - ser residente na cidade de Patos do Piauí – Piauí;

**II** - ser inscrito no Cadastro Único, instituído pelo art. 6º-F da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; e

**III** - possuir renda per capita de até meio salário mínimo.

§ 1º - Para realizar o requerimento aos benefícios eventuais os usuários deverão apresentar os seguintes documentos: documento pessoal de identificação oficial com foto, comprovante de residência no município de Patos do Piauí, número do NIS e comprovante de renda familiar (se houver renda fixa).

§ 2º - A concessão dos benefícios será precedida de estudo socioeconômico elaborado por Assistente Social vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social para verificação dos requisitos previstos no caput, assim como dos requisitos específicos de cada benefício constante nesta Lei, sendo vedadas situações de constrangimento ou vexatórias.

**CAPÍTULO II**  
**DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS**

**Seção I**  
**Auxílio Natalidade**

**Art. 4º** - O benefício eventual de auxílio natalidade constitui-se uma prestação única, não contributiva, da assistência social, visando à redução da vulnerabilidade social provocada por nascimento de membro da família.

§ 1º - O auxílio natalidade será prestado à gestante, a partir do sétimo mês de gestação, ressalvados os casos de nascimento prematuro, que tenha se submetido à realização de exames pré-natal com, no mínimo, seis consultas em Unidade de Saúde, salvo quando a situação de vulnerabilidade tenha sido empecilho para sua realização.

§ 2º - O auxílio natalidade corresponderá a um conjunto de utensílios que será ofertado para uso de cada recém-nascido, sendo composto por, no mínimo: banheira, perfume, toalha com capuz, cueiro, fralda de tecido, fralda descartável tamanho P, saboneteira, pente, escovinha, manta, roupa saída de maternidade, sabonete.

**Seção II**  
**Auxílio Funeral**

**Art. 5º** - O benefício eventual de auxílio funeral constitui-se em uma prestação de serviço única, não contributiva, da assistência social, visando reduzir vulnerabilidade social provocada por morte de membro da família.

§ 1º - Para a concessão do benefício deverão ser apresentados à empresa prestadora do serviço os seguintes documentos, além da comprovação de preenchimento dos requisitos previstos no art. 3º desta Lei:

**I** - da pessoa falecida:





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DO PIAUÍ**  
CNPJ: 41.522.285/0001-08



- a) Certidão do Óbito;
- b) Certidão de Nascimento ou documento de identificação oficial;
- c) Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;
- d) comprovante de residência.

**II - do requerente:**

- a) documento de identificação oficial;
- b) Certidão de Nascimento, Casamento ou União Estável;

§ 2º - Nos casos em que não houver documentação do falecido, será necessária autorização prévia da Secretaria Assistência Social do Município para que seja concedido o benefício.

**Art. 6º** - O auxílio funeral compreende o custeio de serviço, contratado pelo Município, para fornecimento de uma urna funerária, velório popular, velas, flores e transporte funerário, circunscritas as despesas com transporte do falecido ao município de Simões e municípios circunvizinhos até 400 km.

**Seção III**  
**Benefícios Eventuais Por Vulnerabilidade Temporária**

**Art. 7º** - Os benefícios eventuais por vulnerabilidade temporária constituem-se em uma prestação temporária, não contributiva, da assistência social, destinada ao enfrentamento de situações de vulnerabilidade, riscos, perdas e danos à integridade da pessoa e/ou de sua família.

§ 1º - As vulnerabilidades, riscos, perdas e danos a que se refere o caput podem decorrer de:

- I - falta de acesso a condições e meios para suprir as necessidades básicas do solicitante e de sua família, principalmente de alimentação e moradia;
- II - perda circunstancial ou ruptura dos vínculos familiares;
- III - situação de violência física, psicológica ou de ameaça à vida;
- IV - situação de indivíduos e famílias migrantes e imigrantes;
- V - situação de calamidade pública ou estado de emergência;
- VI - outras circunstâncias que comprometam a sobrevivência ou atentem contra a dignidade humana.

**Art. 8º** - Os benefícios eventuais por vulnerabilidade temporária são os seguintes:

- I - cesta básica para atendimento às necessidades de alimentação da família ou do indivíduo;
- II - pecúnia em favor do indivíduo ou família em situação de vulnerabilidade e risco social, vítimas de situações de calamidade pública ou estado de emergência; (Vide Decreto nº 36282/2023)
- III - transporte, na medida das possibilidades financeiras do Município, em favor do indivíduo ou à família, em situação de vulnerabilidade e risco social.

**Art. 9º** - A concessão dos benefícios eventuais por vulnerabilidade temporária será precedida, necessariamente, de avaliação de um profissional Assistente Social vinculado





**ESTADO DO PIAUÍ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DO PIAUÍ**  
CNPJ: 41.522.285/0001-08



ao Centro de Referência da Assistência Social – CRAS;

**CAPÍTULO III**  
**DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS**

**Art. 10º** - A concessão dos benefícios de que trata esta Lei será formalizada por meio de Portaria da Secretaria de Assistência Social do Município.

**Art. 11º** - Os benefícios de auxílio - natalidade e auxílio funeral podem ser ofertados diretamente a um integrante da família beneficiária, preferencialmente ao cônjuge, parente em linha reta ou colateral, podendo, ainda, ser concedidos à família extensa e outras pessoas com vínculos de afinidade.

**Art. 12º** - Os benefícios eventuais serão prestados conforme disponibilidade financeira do Município.

**Parágrafo Único.** Para custeio dos benefícios eventuais, além dos recursos oriundos dos tesouros nacional, estadual e municipal, poderão ser utilizadas doações de bens ou pecúnia, sendo, neste caso, serão depositadas em conta específica a ser indicada pelo Município.

**CAPÍTULO IV**  
**DO INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO**

**Art. 14º** - Haverá indeferimento do benefício eventual quando o requerente não obedecer aos critérios estabelecidos no artigo 3º.

**CAPÍTULO V**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**


**Art.15º** - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social do Município.

**Art. 16º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 17º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Patos do Piauí, Estado do Piauí. Aos onze dias do mês de agosto de 2025.

**Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.**

  
**Joaquim Lopes dos Reis Neto**  
Prefeito Municipal

Rua Joaquim Vicente Santana, s/n, Centro, CEP:  
64.580-000, Patos do Piauí-PI  
patosdopiaui.gov@gmail.com - patosdopiaui.pi.gov.br